

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT17.002

FILOSOFIA COMO TERRITÓRIO DE CRIAÇÃO: A PEDAGOGIA DO CONCEITO NA LÓGICA RIZOMÁTICA DELEUZIANA COMO POSSIBILIDADE DE EMANCIPAÇÃO CRÍTICA NO ENSINO MÉDIO

Gleison Lima da Silva¹

RESUMO

O ensino de Filosofia no Ensino Médio brasileiro, ao longo da história, esteve imerso em um contexto de tensões políticas, pedagógicas e históricas que dificultaram sua consolidação como disciplina essencial na formação acadêmica. A partir da promulgação da Lei nº 11.684/08, que tornou a Filosofia obrigatória, surgem desafios significativos para sua efetiva implementação, os quais se manifestam, principalmente, na necessidade de adequação das metodologias de ensino, na formação docente e na utilização de materiais didáticos que permitam uma reflexão crítica. Em decorrência disso, as práticas pedagógicas tradicionais, frequentemente pautadas por uma abordagem explicativa e transmissiva, não favorecem o desenvolvimento da capacidade crítica e criadora dos alunos, limitando-se à simples reprodução de conteúdos. Este estudo propõe a aplicação da Pedagogia do Conceito, fundamentada nas contribuições de Gilles Deleuze e Félix Guattari, como uma alternativa capaz de reconfigurar o ensino de Filosofia no Ensino Médio. A Pedagogia do Conceito, em consonância com as ideias rizomáticas desses autores, visa não apenas superar a rigidez do ensino tradicional, mas também fomentar a produção ativa de conceitos pelos alunos, incentivando-os a se tornarem sujeitos

1 Doutorando em Ciências da Educação pela Universidade Autônoma de Assunção - UAA. gleisonlimalima@gmail.com

críticos, autônomos e produtores de conhecimento. A pesquisa adotou uma metodologia de abordagem bibliográfica, com análise das obras de Deleuze, Guattari, (1992), Cerletti (2009), Gallo (2012), documentos oficiais como os Parâmetros Curriculares Nacionais, dentre outros. A conclusão deste trabalho aponta que a implementação da Pedagogia do Conceito no Ensino Médio pode transformar a Filosofia em um campo mais dinâmico, criativo e conectado às realidades contemporâneas, oferecendo aos alunos a oportunidade de participar ativamente da construção do conhecimento filosófico.

Palavras-chave: Filosofia, Criação de Conceito, Rizoma, Deleuze, Ensino Médio.

INTRODUÇÃO

A inserção da Filosofia no currículo da educação básica brasileira, que remonta ao período colonial, sempre se caracterizou por uma dinâmica conflituosa, marcada por tensões históricas, políticas e pedagógicas que dificultaram sua consolidação como um componente central da formação acadêmica. Desde os primeiros momentos da sua introdução no Brasil, a disciplina se viu frequentemente reinterpretada e, muitas vezes, desconsiderada, em função das múltiplas visões e finalidades atribuídas ao seu ensino. A Filosofia, ao longo da história da educação brasileira, se viu envolta em uma série de controvérsias que transitaram entre o seu reconhecimento como um saber essencial e a sua marginalização como um campo de conhecimento dispensável ou, no máximo, suplementar. Esse movimento de valorização e subordinação é revelador da profunda resistência à sua efetiva aplicação, e as oscilações em torno de seu status curricular são um reflexo das ambiguidades acerca do papel que deveria ocupar nas escolas.

Foi somente com a promulgação da Lei nº 11.684/08, que alterou o artigo 36 da Lei nº 9.394/96, que se consolidou a Filosofia como disciplina obrigatória no Ensino Médio brasileiro. A reintrodução da Filosofia no currículo escolar, embora celebrada como uma conquista, esconde desafios significativos e complexos para sua implementação. A necessidade de adaptação das práticas pedagógicas, da criação de novos materiais didáticos e da adaptação de metodologias de ensino adequadas a essa disciplina revela um campo fértil para a reflexão crítica e teórica. Contudo, o que se observa na prática educacional é um distanciamento entre a proposta normativa do ensino de Filosofia e a realidade enfrentada pelos professores em sala de aula. Tal disparidade se expressa, entre outros fatores, nas lacunas metodológicas e nos problemas de formação docente, que impedem uma compreensão genuína e significativa da Filosofia tanto no contexto escolar quanto fora dele.

As tensões curriculares e metodológicas no ensino de Filosofia, presentes no Ensino Médio, configuram-se como obstáculos que dificultam a efetivação de um processo educativo verdadeiramente libertador e crítico. As práticas pedagógicas predominantes, muitas vezes caracterizadas por uma abordagem explicativa e transmissiva, que se limita à reprodução mecanicista de conteúdos, não favorecem a construção ativa de conceitos filosóficos. O uso restrito dos livros didáticos, por sua vez, sem uma reflexão crítica sobre as ideologias subjacentes a esses recursos, perpetua uma visão empobrecida da Filosofia, que não contribui para a formação de um pensamento crítico e autônomo nos alunos. As metodologias convencionais, ao não propiciarem a problematização dos conceitos filosóficos, falham em desenvolver uma verdadeira capacidade crítica nos estudantes, que é a principal missão da educação filosófica.

Partindo dessa reflexão, o objetivo deste trabalho é investigar o ensino de Filosofia no Ensino Médio por meio da perspectiva da Pedagogia do Conceito, especialmente a partir do pensamento filosófico de Gilles Deleuze e Félix Guattari. Buscaremos, ao longo deste estudo, analisar como a aplicação da Pedagogia do Conceito, em diálogo com as ideias rizomáticas desses autores, pode não apenas superar os limites do ensino tradicional de Filosofia, mas também propor uma nova forma de aprendizagem que ultrapasse a lógica hierárquica e segmentada do conhecimento, permitindo que os alunos se tornem produtores de conceitos e não apenas receptores passivos de conteúdos. A Pedagogia do Conceito, sob a ótica de Deleuze e Guattari, se apresenta como um caminho para a emancipação intelectual e para a criação de um espaço de ensino e aprendizagem mais dinâmico, criativo e conectado às necessidades dos alunos.

A metodologia adotada neste estudo consiste em uma pesquisa bibliográfica, com ênfase na análise de autores como Deleuze (1992), Severino (2010), Gallo (2012) e em documentos oficiais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (1999), que orientam a educação no Brasil. O desenvolvimento do texto está estruturado de maneira a primeiro apresentar o contexto teórico e metodológico da pesquisa, seguido por uma

análise crítica sobre o ensino de Filosofia no Ensino Médio à luz das ideias de Deleuze e Guattari, culminando com uma conclusão que sintetiza as propostas e implicações desse estudo para o futuro do ensino filosófico no Brasil.

RECONFIGURAÇÃO E REFLEXÃO SOBRE O ENSINO DE FILOSOFIA NA CONTEMPORANEIDADE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

O ensino de Filosofia nos tempos atuais demanda uma reflexão crítica e abrangente sobre uma gama de questões que, direta ou indiretamente, influenciam o contexto educacional dessa disciplina. Entre essas questões, destaca-se a função do professor de Filosofia no Ensino Médio, cuja atuação transcende os limites da simples transmissão de conteúdos e se articula com as complexidades do cenário educacional, social e cultural. A reflexão sobre a função do filósofo na sociedade, e especificamente sobre o papel do professor de Filosofia, é central para a compreensão de como se pode efetivar uma formação filosófica significativa.

Em sua obra *Filosofia e seu Ensino* (1995), o filósofo Franklin Leopoldo e Silva discute a função social do filósofo, sublinhando que esta não se restringe à explicação ou análise das condições histórico-sociais que envolvem a produção teórica filosófica. O autor nos convoca a repensar essa função diante dos riscos de uma abordagem mecanicista que negligencie as mediações entre história e subjetividade, essenciais para uma compreensão crítica e dinâmica da filosofia no contexto atual. Assim, ao refletirmos sobre o ensino de Filosofia, é imprescindível considerar a complexidade do papel do professor, da escola, do aluno e do sistema educacional, que devem ser vistos como elementos interconectados e em constante movimento.

A esse respeito, Alejandro Cerletti, filósofo argentino e renomado pesquisador, apresenta uma reflexão crucial sobre o ensino de Filosofia na obra *O Ensino de Filosofia como Problema Filosófico* (2008). Cerletti questiona a possibilidade de ensinar Filosofia sem uma intervenção filo-

sófica genuína sobre os conteúdos e métodos de transmissão dos saberes filosóficos, além de sublinhar a importância de uma análise contextual profunda sobre o cenário social, institucional e político que permeia o ensino. Em suas palavras, ele afirma:

Poderíamos perguntar-nos antes de mais nada, se é realmente possível ensinar filosofia sem uma intervenção filosófica sobre os conteúdos e as formas de transmissão dos “saberes filosóficos”; ou sem responder, univocamente, que é filosofia? Ou também sem se colocar que tipo de análise social, institucional ou filosófico político do contexto é requerido; ou as condições sob as quais se levará adiante esse ensino. É evidente que não é o mesmo “dar aulas” de filosofia em uma escola de uma zona socialmente muito castigada da periferia suburbana do que em um colégio urbano de classe alta ou em uma escola rural do interior do país, ou na universidade para alunos que não cursam filosofia ou em uma graduação em filosofia ,etc. Não porque consideremos que há circunstâncias nas quais é possível ensinar melhor do que em outras, mas porque em função desses contextos, não será o mesmo em cada caso o que se pode - ou se deve - fazer em nome da filosofia. (CERLETTI, 2008.p.08)

Cerletti, ao destacar as diferenças contextuais nas quais o ensino de Filosofia ocorre, aponta para a necessidade urgente de pensar a Filosofia a partir da realidade de cada lugar e contexto. Essa reflexão nos desafia a romper com os princípios didáticos tradicionais, que muitas vezes reproduzem conteúdos filosóficos de maneira estanque e descontextualizada, sem antes questionar as práticas pedagógicas e adaptá-las aos cenários específicos em que se está inserido. A Filosofia, enquanto disciplina, exige que seu ensino seja repensado constantemente, a fim de torná-lo pertinente e capaz de atender às diversidades que caracterizam o universo educacional brasileiro.

Ao refletirmos filosoficamente sobre o ensino de Filosofia, somos conduzidos a compreender que o saber filosófico não pode ser reduzido a um método rígido, a um conjunto de diretrizes preestabelecidas ou a uma simples transposição de parâmetros curriculares. A filosofia, como campo de conhecimento e de prática intelectual, transita por uma contradição

intrínseca: ao mesmo tempo em que reivindica uma postura crítica e reflexiva diante das questões humanas, ela se vê frequentemente reduzida a uma lógica escolar que a institucionaliza de forma linear e simplificada. Por isso, torna-se imperativo que o ensino de Filosofia seja reformulado, adequando-se às realidades vividas pelos docentes e discentes, que são os protagonistas desse processo de aprendizagem.

O ensino da Filosofia no Ensino Médio, portanto, não pode se limitar a um cumprimento mecânico da legislação educacional. A legislação, ao determinar que a Filosofia seja uma disciplina obrigatória, estabelece um conjunto de competências e habilidades que os alunos devem alcançar, mas também impõe um paradoxo: a Filosofia não pode ser ensinada de maneira impessoal ou abstrata, sem levar em consideração as especificidades sociais e culturais de cada grupo de estudantes. Assim, é necessário que o ensino de Filosofia seja permeado por um esforço de contextualização e personalização, levando em conta as diferentes realidades sociais, econômicas e culturais dos alunos e das escolas.

Portanto, ao pensar o ensino de Filosofia nos dias atuais, é imprescindível que nos abram a uma reflexão profunda sobre o papel da Filosofia na formação do pensamento crítico e da consciência cidadã, e sobre como seus ensinamentos podem ser mais eficazes quando adaptados ao contexto de cada comunidade escolar. O exercício de ensinar Filosofia, assim como o de aprender Filosofia, exige uma postura filosófica que não se limite à reprodução de saberes prontos, mas que busque constantemente questionar e reinventar as práticas pedagógicas em prol de uma educação mais justa, crítica e transformadora.

A Filosofia proposta no contexto educacional contemporâneo, especialmente no Ensino Médio, tem se mostrado predominantemente voltada para a unificação conceitual. Na maioria das vezes, ela gira em torno da formação cidadã, um ideal definido na legislação, mas cujas implicações e eficácia carecem de uma reflexão mais profunda. Surgem, portanto, várias questões cruciais: até que ponto os conhecimentos sugeridos pela legislação realmente contribuem para essa formação cidadã? Que con-

cepção de cidadania a legislação busca promover? A proposta contida nos documentos legais favorece o exercício crítico do pensamento filosófico ou, ao contrário, restringe a capacidade de criação conceitual dos estudantes? E, fundamentalmente, a Filosofia, enquanto disciplina, tem como objetivo essencial fomentar a cidadania ou apenas reproduzir um conceito de cidadania de forma superficial?

Essas são questões que devem ser cuidadosamente ponderadas quando se discute o ensino de Filosofia no Ensino Médio brasileiro. É necessário, portanto, refletir sobre a essência do processo de ensino filosófico, não apenas como um mecanismo de transmissão de conteúdos, mas como um processo de transformação e construção de conhecimento. Para isso, devemos investigar a verdadeira natureza do compromisso assumido pelos professores ao se engajarem no ensino dessa disciplina, uma vez que o ensino de Filosofia requer um entendimento profundo da responsabilidade envolvida, tanto no nível pedagógico quanto no nível filosófico. Como afirma Cerletti (2008, p. 09):

Ensinar implica assumir um compromisso e uma responsabilidade muito grande. Um bom docente será alguém que se situa à altura dessa responsabilidade e problematiza sempre que é o que ele ou ela realiza enquanto ensinante e, em nosso caso, que sentido há em fazê-lo, sob a denominação “filosofia”. Os melhores professores e professoras serão aqueles que possam ensinar em condições diversas, e não só porque terão que idear estratégias didáticas alternativas, mas também porque deverão ser capazes de repensar, no dia a dia, os próprios conhecimentos, sua relação com a filosofia e o marco em que pretendem ensiná-la.

Esse pensamento destaca a importância de uma prática docente que não se limite à transmissão de saberes prontos, mas que incentive a problematização constante sobre os conteúdos e métodos de ensino. O professor de Filosofia, portanto, deve ser mais do que um transmissor de informações: ele deve ser uma presença que fomente a reflexão crítica e, ao mesmo tempo, encoraje os alunos a se apropriarem da Filosofia enquanto uma prática ativa de vida. A filosofia não pode ser vista apenas como uma

contemplação de conceitos abstratos, mas como um exercício que deve ser incorporado à experiência cotidiana, incentivando os alunos a adotarem a criação e o questionamento como partes integrantes de suas vidas.

Essa visão pedagógica é intensamente defendida por Gilles Deleuze, filósofo francês de corrente pós-estruturalista, que propõe que a Filosofia no Ensino Médio seja abordada não apenas como um corpo de conhecimentos a ser transmitido, mas como uma prática de problematização contínua. Deleuze sugere que o ensino de Filosofia deve ir além da mera repetição de fórmulas ou conteúdos e buscar, sim, criar condições para que os alunos possam questionar e reformular as ideias apresentadas, sendo protagonistas de seu próprio aprendizado. Para ele, a problematização filosófica se torna uma ferramenta pedagógica poderosa, capaz de ressignificar o ensino de Filosofia, tornando-o mais abrangente, conectado com as realidades dos estudantes e verdadeiramente filosófico. Essa abordagem permite também que os professores de Filosofia se sintam mais engajados e capazes de refletir sobre suas práticas, repensando constantemente suas abordagens didáticas e a relação com os conteúdos que ensinam.

Dessa forma, a proposta de ensino de Filosofia no Ensino Médio precisa ser mais flexível, dinâmica e contextualizada, permitindo que os alunos possam exercitar a liberdade de pensamento e o questionamento constante, características essenciais do ato filosófico. A Filosofia, nesse sentido, deve se constituir como um exercício contínuo de reflexão, criação e transformação, que contribui de forma efetiva para a formação de cidadãos críticos e conscientes, capazes de entender e atuar no mundo de maneira mais reflexiva e responsável.

1.1 UM OLHAR NA HISTÓRIA DO ENSINO DE FILOSOFIA NO BRASIL: DESAFIOS E EVOLUÇÕES.

Ao analisarmos a trajetória histórica do Ensino de Filosofia no Brasil, é possível observar a persistência de desafios que estão intrinsecamente

ligados à legitimação e à garantia dessa disciplina no currículo educacional do ensino médio. Para compreender o exercício da Filosofia nesse contexto, é fundamental entender a contextualização desses problemas ao longo da história. Em grande medida, muitos dos obstáculos históricos que marcaram a Filosofia como disciplina, ainda permanecem presentes nos dias atuais, refletindo negativamente na forma como essa matéria é abordada no cenário educacional. Por isso, é imprescindível um olhar atento sobre a história da Filosofia no Brasil, com uma análise filosófica sobre a evolução do problema e o papel dessa área do conhecimento em diferentes contextos educacionais.

Estudos revelam que, desde o período colonial, o Brasil esteve sob forte influência das ideias e práticas da metrópole portuguesa. A Filosofia no Brasil, nesse contexto, estava associada ao luxo e à elevação de status da elite dominante. Como destaca Cartolano (1985, p. 20), a Filosofia no Brasil colonial era “um luxo de alguns senhores ricos e ilustrados: do colono branco que aqui chegara e que constituíra a classe dominante da colônia, conservando os hábitos aristocráticos da classe dirigente da metrópole”. No entanto, com as crises políticas e financeiras do período, a Filosofia começou a se expandir, disseminando entre os intelectuais brasileiros o desejo de conquistar uma autonomia política frente à opressão que viviam.

No contexto colonial, a forte presença da Igreja Católica fez com que a Filosofia adquirisse um caráter enciclopédico e religioso, pois os poucos professores de Filosofia no Brasil provinham de escolas com base nos ensinamentos jesuíticos. Essa tradição estava atrelada a uma metodologia de ensino escolástica, onde a Filosofia era abordada de forma dogmática, sem espaço para o questionamento ou reflexão crítica. Costa (1967, p. 08) observa que a Filosofia nesse período era “uma disciplina livresca”, uma vez que as ideias chegavam prontas da Europa, e o simples fato de reproduzi-las era considerado sinal de grande cultura. Como ele coloca, “a novidade supria o espírito de análise, a curiosidade supria a crítica”. Assim, o ensino filosófico era mais uma reprodução de ideias externas do que um exercício reflexivo. Esse panorama foi ainda mais destacado

por França (1952, p. 93), que observa que “a Filosofia não era trabalhada de forma reflexiva. Sua instrução estava voltada para que nenhuma pessoa introduzisse novos questionamentos a respeito de sua matéria, sem antes consultar os superiores”. Esse aspecto reforça o monopólio do pensamento imposto pela Igreja e a ausência de um verdadeiro exercício de pensamento filosófico autônomo.

A Filosofia, nesse período, estava fortemente vinculada ao projeto educacional jesuítico, que priorizava a catequese religiosa. Esse teocratismo, no entanto, acabou provocando um afastamento de Portugal das inovações científicas da época, o que gerou um distanciamento da produção intelectual europeia. Esse afastamento, por sua vez, motivou muitos intelectuais brasileiros a buscarem inspiração nas ideias filosóficas vindas da Europa, com um novo espírito humanista e universalista que influenciou a formação curricular dos cursos de Filosofia. Assim, a Filosofia brasileira começou a se adaptar, incorporando uma visão mais ampla e progressista, alinhada ao pensamento iluminista europeu.

No decorrer do tempo, a Filosofia passou a ser obrigatória nos currículos dos cursos secundários no Brasil. Com as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais do século XIX, a Filosofia ganhou um papel ainda mais relevante na formação intelectual do país. Cartolano (1985, p. 30) destaca que “novas ideias começaram a participar da vida intelectual brasileira e a determinar um progresso do espírito crítico”. Esse fortalecimento da Filosofia como disciplina foi acompanhado pelo seu papel crescente como uma força que estimulava o pensamento crítico e a reflexão sobre a realidade social, o que, por sua vez, a tornava uma ameaça à ordem estabelecida.

Ao longo do século XIX, passou a ser vista como um veículo de transformação social e de contestação da ordem vigente, oferecendo uma visão crítica sobre as questões sociais e políticas da época. A partir desse momento, o ensino de Filosofia no Brasil não era mais apenas uma mera reprodução de dogmas ou conteúdos estrangeiros, mas uma prática voltada para a emancipação do pensamento e para o exercício da cidadania.

Com a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Lei 4.024/61, a disciplina de Filosofia deixou de ser obrigatória no currículo do ensino médio, passando a ser tratada como um componente curricular meramente complementar (GALLINA, 2000). Essa mudança representou um retrocesso significativo no processo de institucionalização da Filosofia no Brasil, especialmente no que se refere à tentativa de inseri-la de forma permanente e estruturada nas matrizes curriculares das escolas. A Filosofia, que antes gozava de um espaço de relativa relevância, foi novamente marginalizada, refletindo a constante disputa pelo seu reconhecimento e valorização.

Esse processo de exclusão da Filosofia do currículo escolar coincidiu com um período crítico da história brasileira, marcado pelo Golpe Militar de 1964, que instaurou um regime ditatorial no país. O golpe afetou todos os setores da sociedade, incluindo o sistema educacional, que passou a ser instrumentalizado para atender aos interesses do regime militar. Em um cenário de repressão e censura, Cartolano (1985, p. 74) observa que “houve uma tentativa de aniquilar essa atividade reflexiva, substituindo-a por um modelo educacional de caráter moralista e ideológico, voltado para a conformação política da sociedade, adequando-se às necessidades do momento.”

No contexto do regime militar, a Filosofia foi sistematicamente excluída das disciplinas obrigatórias, sendo substituída por matérias que visavam promover uma educação cívica e moral, alinhada à ideologia autoritária do regime. A disciplina perdeu, assim, a sua função crítica e reflexiva, que havia sido uma de suas características mais marcantes no século XIX, e passou a ser substituída por um discurso que buscava legitimar o autoritarismo e suprimir qualquer forma de contestação política ou intelectual.

A década de 1970, marcada pela entrada das multinacionais no Brasil, impôs novas demandas ao sistema educacional, em especial no que diz respeito à formação de uma mão de obra especializada para atender às necessidades do mercado de trabalho. A Lei de Diretrizes e

Bases da Educação (LDB nº 5692/71) trouxe consigo uma proposta de Educação Profissionalizante que visava atender às exigências do desenvolvimento econômico e tecnológico, em consonância com as demandas da sociedade industrial. Aranha (2001, p. 57) destaca que “a chegada das multinacionais ao Brasil impulsionou a adoção de um modelo empresarial na educação, voltado para a formação de uma força de trabalho técnica, eficiente e ajustada às exigências do capitalismo globalizado.”

Com essa reorganização do ensino, a Filosofia foi completamente excluída do currículo básico dos cursos de 1º e 2º grau, pois, segundo o governo da época, não havia mais espaço para a disciplina diante das novas necessidades educacionais. A Filosofia, antes vista como uma ferramenta de formação crítica e reflexiva, foi considerada um luxo intelectual e desnecessária para a formação de um trabalhador apto para o mercado. Esse cenário gerou indignação em diversos educadores e filósofos, que, ao perceberem a marginalização da Filosofia, iniciaram movimentos em defesa da sua reintrodução no currículo escolar.

A luta pela retomada da Filosofia no ensino médio brasileiro culminou na promulgação da Lei nº 9.394/96, que, em seu Art. 36, estabeleceu que ao final do ensino médio, os estudantes deveriam desenvolver habilidades e conhecimentos relacionados à Filosofia, indispensáveis ao exercício pleno da cidadania. A partir dessa medida, a Filosofia passou a ser considerada uma disciplina essencial para a formação de um cidadão crítico, capaz de questionar e refletir sobre os valores e estruturas da sociedade.

Em 2001, o Projeto de Lei nº 3.178/97, aprovado pelo Congresso Nacional, resultou na inclusão obrigatória da Filosofia no currículo dos três anos do ensino médio, consolidando a sua importância no processo de formação acadêmica dos jovens brasileiros. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) foi, portanto, modificada para garantir a presença da Filosofia no ensino médio, um marco importante na história da educação brasileira, que buscou restaurar a disciplina como um espaço de reflexão crítica e de questionamento das estruturas sociais e políticas do país.

A reintrodução da Filosofia no currículo do ensino médio foi uma vitória para os defensores da disciplina, que viam nela uma ferramenta crucial para o desenvolvimento do pensamento crítico e para a formação de cidadãos conscientes de seu papel na sociedade. Contudo, o percurso histórico da Filosofia no Brasil revela que a sua inserção no currículo educacional sempre esteve marcada por tensões, resistências e disputas políticas, refletindo as lutas pela construção de uma educação mais democrática, plural e reflexiva.

Essa breve trajetória do ensino de Filosofia no Brasil evidencia as dificuldades históricas para consolidá-la como disciplina curricular obrigatória nas escolas, uma vez que, desde o período colonial, ela enfrentou diversas oscilações e ajustes nas finalidades e abordagens pedagógicas atribuídas a essa área do saber. Essas mudanças de orientação educacional refletem não apenas as transformações políticas e sociais, mas também a necessidade de adequação ao contexto das demandas econômicas e culturais do país. Como resultado, o ensino de Filosofia no ensino médio tem sido constantemente alvo de questionamentos, e seus defensores, sejam filósofos ou educadores, sentem-se impelidos a justificar sua importância no currículo escolar, especialmente diante da crescente marginalização da disciplina frente a outras áreas do conhecimento.

A reflexão sobre a necessidade de justificar a Filosofia no currículo escolar é expressa por Walter Omar Kohan (2003, p. 33) no livro *Filosofia do Ensino de Filosofia (2003) – Vol. VII*. Segundo o autor a questão “Para que Filosofia?” não é nova, sendo uma questão recorrente na história da disciplina. Kohan aponta que:

a Filosofia, ao contrário de outras áreas do conhecimento, não goza de um privilégio garantido em seu sentido e utilidade, exigindo constantemente sua legitimação teórica, seja no âmbito da academia, seja no contexto da educação básica. O questionamento, nesse sentido, vai além de um simples exercício de gosto ou de interesse particular, mas se traduz em uma busca contínua por uma justificativa que coloque a Filosofia em pé de igualdade com as demais matérias curriculares, reconhecendo-a como uma disciplina essencial para a formação do indivíduo. (Kohan,2003.p.33)

Compreender o ensino de Filosofia dentro dessa perspectiva implica reconhecer que a disciplina enfrenta, no contexto educacional atual, uma espécie de discriminação em relação a outras áreas do saber. Essa discriminação ocorre não por uma falha intrínseca da Filosofia, mas pela constante necessidade de comprovar sua relevância e seu valor pedagógico dentro de um sistema de ensino voltado para a formação técnica e pragmática do aluno.

Em consonância com essa visão, Georges Canguilhem, na obra *Nouvelle Critique* (1975), argumenta que, embora a Filosofia não precise de defensores em sua essência, o ensino da Filosofia necessita, sim, de uma abordagem crítica que permita legitimar sua importância e afirmar seu lugar no currículo escolar.

Essa necessidade de justificação se alinha com a visão de Montaigne(1994:cap.26) ao afirmar que:

A filosofia deve ser uma matéria na educação dos pequenos, para formar pessoas mais inteligentes, felizes e ajuizadas, mais livres de espírito. Se não se quer tornar as crianças seres servís e tímidos, deve-se dar-lhes a oportunidade de fazer algo por si mesmas, pois o ensino de filosofia é a peça chave de uma formação humanista para a autonomia, oposta aos valores da educação jesuítica dominante na época.

O filósofo francês, ao destacar a importância da Filosofia na educação das crianças, vislumbra a disciplina como uma ferramenta para o desenvolvimento da inteligência, da felicidade e da liberdade de espírito. Sua proposta, ao se opor aos valores impositivos da educação jesuítica da época, sugere que o ensino filosófico não deve ser voltado para a formação de indivíduos submissos e servís, mas para a criação de cidadãos críticos, independentes e reflexivos. Esse conceito de Filosofia como prática pedagógica para a autonomia está em consonância com o que se espera do ensino de Filosofia no ensino médio contemporâneo: uma disciplina que, longe de ser submissa a um modelo autoritário ou doutrinário, seja capaz de proporcionar ao aluno o espaço para questionar e refletir sobre a sociedade e o mundo ao seu redor.

É nesse contexto histórico e pedagógico que surge a necessidade de um ensino de Filosofia mais ativo, crítico e alinhado às realidades dos alunos do ensino médio. Nos últimos anos, diversos estudos têm se debruçado sobre a temática do ensino de Filosofia, com uma crescente preocupação em criar metodologias que atendam às especificidades do público adolescente e que promovam a reflexão filosófica de maneira mais prática e eficaz. Esses estudos, no entanto, não se limitam a propor soluções prontas ou manuais de ensino, mas buscam proporcionar aos educadores uma base teórica que os capacite a repensar suas práticas pedagógicas e a desenvolver abordagens inovadoras e adequadas ao contexto de sala de aula.

A importância desses estudos não está em sua capacidade de oferecer fórmulas prontas ou receitas pedagógicas, mas na reflexão que provocam sobre as práticas docentes e na construção de um ensino de Filosofia que vá além do tradicional e que possa responder, de maneira eficaz, às necessidades de uma educação crítica e reflexiva. O desafio é entender que as abordagens metodológicas propostas não são soluções fechadas, mas pistas que auxiliam o educador a repensar suas práticas e a adaptar os conteúdos filosóficos de maneira que os alunos se vejam como sujeitos ativos na construção do conhecimento.

Essa reflexão, portanto, é essencial para compreender o papel da Filosofia no ensino médio contemporâneo. Ela exige que os educadores se atentem ao contexto cultural, social e político em que os alunos estão inseridos, de modo a propiciar uma educação filosófica que se distinga das antigas abordagens catequéticas e que responda às complexas questões do mundo moderno. Só assim será possível garantir que o ensino de Filosofia não seja visto apenas como um resquício de uma tradição acadêmica, mas como uma disciplina fundamental para a formação de cidadãos críticos, autônomos e conscientes de seu papel na sociedade.

1.2 O ENSINO DE FILOSOFIA NA CONTEMPORANEIDADE: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE TRANSFORMAÇÃO.

A análise do ensino de Filosofia na contemporaneidade revela que, apesar das lutas históricas pela sua inclusão nos currículos do ensino médio, os desafios para sua consolidação como disciplina efetiva e significativa permanecem. De fato, a Filosofia no contexto educacional atual ainda enfrenta enormes obstáculos, que vão desde a resistência à sua inclusão até a deturpação de sua função original, sendo muitas vezes moldada para atender a interesses ideológicos específicos do sistema educacional. Esses interesses estão claramente expostos na *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)*, nº 93.9496, bem como nos *Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)*, que orientam a prática pedagógica do ensino de Filosofia no Brasil. Contudo, essa “filosofia” definida por tais documentos e implementada no ensino médio atual não corresponde plenamente à essência da disciplina.

Em sua obra *Metodologia do Ensino de Filosofia*, Silvio Gallo caracteriza a Filosofia no ensino médio como “uma filosofia deslocada da vida e do cotidiano, voltada para a erudição ou então para o exercício da cidadania plena, por exemplo”. A Filosofia, quando abordada de forma dissociada da realidade concreta dos estudantes, perde sua capacidade de contribuir efetivamente para a formação crítica e reflexiva dos alunos, deixando de ser um espaço para questionamentos existenciais e se tornando apenas uma disciplina voltada para a instrução formal de conteúdos e valores. Nesse sentido, a Filosofia, em sua atual configuração no ensino médio, acaba cumprindo um papel limitado, que não consegue atingir seu potencial transformador.

Em um mundo onde as pessoas são cada vez mais desafiadas a desenvolver suas capacidades de pensamento crítico e reflexão, é urgente repensar a proposta do ensino de Filosofia nas escolas. Para isso, é fundamental abandonar a lógica das “cartilhas” que limitam a Filosofia a um conjunto de conteúdos históricos pré-determinados, sem qualquer cone-

xão com a vivência e as necessidades dos alunos. O ensino de Filosofia precisa ser pautado por uma abordagem que discuta questões pertinentes à realidade dos estudantes, permitindo que eles se vejam refletidos naquilo que aprendem, ao invés de apenas absorver conceitos e teorias distantes de sua experiência cotidiana. Essa abordagem deve transcender a simples função de formação cidadã ou ética, e buscar, de fato, integrar a Filosofia ao processo de conscientização crítica dos jovens, proporcionando-lhes ferramentas para pensar e agir de forma autônoma no mundo contemporâneo.

Para alcançar esse objetivo, é necessário que o ensino de Filosofia no ensino médio adote uma perspectiva mais ampla e inclusiva, que encare as controvérsias e divergências em torno do seu papel no currículo escolar com maior seriedade e abertura. Isso implica, essencialmente, repensar o conceito de Filosofia que tem sido ensinado nas escolas e questionar qual é a sua real função enquanto componente curricular na educação básica.

Deve-se refletir sobre a maneira como essa disciplina tem sido abordada pelos professores, e, principalmente, sobre os efeitos que essas práticas pedagógicas têm gerado na vida e no cotidiano dos alunos. É fundamental compreender se o ensino de Filosofia está realmente contribuindo para a formação de indivíduos críticos, capazes de compreender e transformar sua realidade, ou se está sendo reduzido a uma formalidade acadêmica, desconectada das questões que mais afetam a vida dos jovens.

Buscando responder aos questionamentos dispostos no parágrafo anterior, precisamos romper ou no mínimo contrariar as intencionalidades pedagógicas propostas pela legislação no que tange à disciplina de filosofia na escola média. E para fortalecer teoricamente o discurso aqui apresentado, sirvo-me mais uma vez dos pensamentos de Sílvio Gallo (2003) quando este afirma que:

Penso que a filosofia pode, de fato, contribuir para o exercício da cidadania e mesmo para a sua construção, ela não pode e nem deve ser limitada a isso. A sua justificação deve se dar pelo papel que apenas ela pode desempenhar no processo de

formação dos jovens. É a partir da clareza sobre esse papel que poderemos delinear as possibilidades e os limites da filosofia na vida dos jovens. E apenas depois de alguns anos em que a experiência do ensino de filosofia esteja generalizada e consolidada, é que poderemos tentar entender suas contribuições. Gallo (2003.p.37)

Com base no exposto, somos levados a refletir sobre o conceito errôneo existente hoje nas escolas de ensino médio a cerca da disciplina de filosofia. Tal conceito foi institucionalizado e culturalmente internalizado pelos professores. A limitação da filosofia como uma disciplina comum que por meio de metodologias prontas exige dos alunos, apenas a aquisição de competências e habilidades que contemplem os direitos de cidadania.

A ideia aqui apresentada não é desmentir a teoria de que a filosofia favorece a formação cidadã do aluno, mas criticar essa limitação da disciplina, pois compreendemos que isso singulariza a filosofia e contradiz completamente a ideia de pluralidade, multiplicidade, proposta por Gilles Deleuze, quando o mesmo defende a filosofia como criadora de conceitos, ou seja, como uma disciplina que tem suas próprias especificidades e que não pode jamais ser limitada a uma didática que obedece rigorosamente a um viés positivista já pré-estabelecido.

2 CRIANDO CONCEITOS: A FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO SOB O OLHAR DE DELEUZE E GUATTARI.

A abordagem filosófica proposta por Gilles Deleuze e Félix Guattari, particularmente em sua obra “*O que é filosofia?*” (1991), apresenta uma reflexão profundamente inovadora sobre a natureza e o papel da filosofia. Para os autores, a filosofia não se limita à busca pela verdade universal, mas se destaca por inaugurar novas possibilidades de pensamento. Assim, a compreensão do fazer filosófico ultrapassa o escopo das concepções clássicas, tradicionalmente enraizadas em pressupostos e postulados, para assumir sua verdadeira essência: “*a arte de criar conceitos*”. Nesse

sentido, a filosofia se diferencia tanto da ciência quanto da arte, revelando uma especificidade que a coloca como uma prática conceitual singular. Silvio Gallo (2008, p. 54) sintetiza essa peculiaridade da filosofia ao identificar três características fundamentais que a distinguem:

1. Trata-se de um pensamento conceitual: enquanto saber, ela é sempre produto de pensamento, é uma experiência de pensamento. Mas o que caracteriza a filosofia é que ela é uma experiência de pensamento que procede por conceitos, que cria conceitos, à diferença da ciência e da arte;
2. Apresenta um caráter dialógico: ela não se caracteriza como um saber fechado em si mesmo, uma verdade dogmática, mas como um saber que se experimenta, que se confronta consigo mesmo e com os outros, que se abre ao diálogo com outros saberes, um saber aberto e em construção coletiva;
3. Possibilita uma postura de crítica radical: a atitude filosófica é a da não conformação, do questionamento constante, da busca das raízes das coisas, não se contentando com respostas prontas e sempre colocando em xeque as posturas dogmáticas e as certezas apressadas.

Embora outras disciplinas também valorizem o diálogo e a crítica, a filosofia se distingue por sua relação única com o conceito, conforme enfatizam Deleuze e Guattari. Para os autores, a filosofia é uma “*atividade filosófica produtora de conceitos que aguça a imaginação*”, sendo essencialmente uma prática ativa e criativa. Em contraposição ao modelo de ensino contemplativo presente nos documentos oficiais que orientam o currículo do ensino médio, a filosofia exige uma atuação docente que priorize a invenção e a produção criativa.

Segundo Cerletti (2008, p. 09):

A docência em filosofia convoca os professores e as professoras como pensadores e pensadoras, mais do que como transmissores acríticos de um saber que supostamente dominam ou como técnicos que aplicam estratégias didáticas ideadas por especialistas para ser empregadas por qualquer um, em qualquer circunstância.

Com base nesse pressuposto, o ensino de filosofia deve se afastar de um modelo pautado exclusivamente na transmissão de conteúdos e na

memorização de informações históricas. É imprescindível que a prática filosófica em sala de aula instigue os estudantes a refletirem sobre suas próprias experiências, questionarem o contexto em que vivem e participarem ativamente da construção de conhecimento. Sob a ótica deleuziana, a filosofia no ensino médio deve proporcionar *encontros intensivos* que despertem nos alunos o desejo pelo pensamento criativo, possibilitando o surgimento de uma figura emblemática: o filósofo.

No entanto, o cenário atual do ensino de filosofia no Brasil enfrenta desafios significativos, sobretudo pela ausência de uma abordagem filosófica efetiva no momento em que seu ensino é planejado como componente curricular.

Sobre isso, Gallo (2012. p. 53) defende que:

Uma didática geral, uma arte de ensinar tudo a todos não pode dar conta do ensinar filosofia, do aprender filosofia. Filosoficamente, o aprendizado da filosofia está para além de qualquer método, que significa controle. No processo de ensino a filosofia nos escapa... E, no entanto, penso que devemos nos dedicar a essa aventura que é o ensino de filosofia. Sim, aventura, pois sabemos quando e de onde saímos, mas não sabemos quando, aonde ou mesmo se chegaremos. O ensino de Filosofia não pode ser abarcado por uma didática geral, não pode ser equacionada unicamente como uma questão pedagógica, porque há algo de específico na filosofia. Há algo que faz com que a filosofia seja Filosofia e não ciência, religião, ou opinião-, e é esse algo que faz com que o ensino de filosofia careça também de um tratamento filosófico, de uma didática específica para além de toda e qualquer questão estritamente pedagógica.

Diante dessa constatação, evidencia-se a urgência de ressignificar o ensino de filosofia, abandonando metodologias que se limitam a reproduções histórico-filosóficas e conteúdos contemplativos. É necessário instaurar uma prática pedagógica que articule a filosofia enquanto campo criador, permitindo a formação de jovens que não apenas aprendam conceitos, mas que também desenvolvam a capacidade de criá-los e aplicá-los às suas próprias vivências e à realidade social em que estão inseridos.

Portanto, refletir sobre o ensino de filosofia na contemporaneidade requer um esforço coletivo para romper com as limitações impostas por práticas didáticas ultrapassadas. A adoção de uma pedagogia criativa e conceitual, como propõem Deleuze e Guattari, não apenas renova o significado do fazer filosófico, mas também oferece aos alunos a oportunidade de experimentar a filosofia como um campo de transformação pessoal e social, conduzindo-os a uma compreensão mais ampla e profunda do mundo.

Deleuze e Guattari (1992, p.53) discutem que:

Onde há apenas contemplação, reflexão e comunicação, não há filosofia, pois essas faculdades são máquinas de construir Universais. O fato de ter de ser criado impede ao conceito a universalidade. “Os conceitos não nos esperam inteiramente feitos. Não há céu para os conceitos”. Resta saber: que unidade resta à filosofia? Pouca ou nenhuma. (Deleuze ; Guattari ,1992, p.53)

As perspectivas dos autores apontam para um ensino de Filosofia no Ensino Médio que fomente a criação de pensamentos voltados à construção do novo, colocando a Filosofia como espaço privilegiado para a invenção conceitual. Como destacado na obra *O que é a Filosofia?*, “O conceito é o contorno, a configuração, a constelação de um acontecimento por vir. Os conceitos nesse sentido pertencem de pleno direito à filosofia, porque é ela que os cria e não cessa de criá-los” (Deleuze; Guattari, 1992, p. 46). Além disso, os autores reforçam que “O conceito filosófico não se refere ao vivido, por compensação, mas permite, por sua própria criação, erigir um acontecimento que sobrevoe todo o vivido, bem como qualquer outro estado de coisas. Cada conceito corta o acontecimento, o recorta a sua maneira” (Deleuze; Guattari, 1992, p. 47).

Nesse sentido, propõe-se que o professor apresente os principais problemas filosóficos, conduzindo os educandos a desenvolverem reflexões críticas sobre a atualidade e sobre suas próprias existências. A partir da problematização filosófica, os alunos são desafiados a refletir sobre conceitos existentes no mundo contemporâneo. Como afirma Gallo (2012, p.

55), “O fato de o conceito brotar de problemas, de buscar equacioná-los é que faz da filosofia essa ‘obra aberta’, uma vez que os conceitos nunca são conclusivos, mas continuam carregando em si os problemas que lhes deram origem.” Essa permanência do problema no pensamento é ainda enfatizada por Deleuze (2006a, p. 267), reforçando o caráter dinâmico e transformador da Filosofia no âmbito educativo.

Um problema não existe fora de suas soluções. Mas em vez de desaparecer, ele insiste e persiste nas soluções que o recobrem. Um problema se determina ao mesmo tempo em que é resolvido; mas sua determinação não se confunde com a solução: os dois elementos diferem por natureza, e a determinação é como a gênese da solução concomitante (...). O problema é ao mesmo tempo transcendente e imanente em relação às suas soluções. Transcendente, porque consiste num sistema de ligações ideais ou de relações referenciais entre elementos genéticos. Imanente, porque estas ligações ou relações se encarnam nas correlações atuais que não se assemelham a elas e que são definidas pelo campo de solução.

Pensar a Filosofia sob a ótica da pedagogia do conceito implica enfrentar a tensão curricular e metodológica que atualmente permeia o ensino de Filosofia em escolas cujo processo educativo não favorece a problematização. Nessa perspectiva, a ideia da persistência do problema oferece uma nova concepção para o ensino, permitindo visualizar a prática filosófica de forma renovada e transformadora.

O redescobrimento do ato filosófico emerge da articulação do professor-filósofo que, na prática, assume a posição de “não-filósofo” e utiliza seus conhecimentos de maneira dialógica e contextualizada. Essa postura permite, em colaboração com os discentes, redescobrir o filosofar como um ato genuíno de criação e reflexão. Deleuze e Guattari (1992, p. 143) corroboram tal visão ao afirmar: “O filósofo deve tornar-se não-filósofo, para que a não-filosofia se torne a terra e o povo da filosofia. (...) Tornar-se estrangeiro a si mesmo, e à sua própria língua e nação, não é o próprio do filósofo e da filosofia, seu estilo, o que se chama um galimatias filosófico?”.

Para que as aulas de Filosofia possam ser concebidas como verdadeiras oficinas de conceito, o professor precisa transcender o ensino

enciclopédico e abandonar paradigmas ultrapassados. É necessário adotar uma postura de mestre que, apesar de deter o saber, se coloca na condição de aprendiz e embarca, juntamente com os alunos, em uma busca pelo novo. Tal abordagem permite que os estudantes desenvolvam a capacidade de refletir sobre sua realidade e os problemas contemporâneos sob uma perspectiva filosófica. Sobre isso, Gallo (2009, p. 43) afirma que:

(...) O filósofo francês Michel Foucault, por exemplo, caracterizou a atividade filosófica como uma espécie de ‘exercício de si, no pensamento’. Isto é, como um trabalho de pensar sobre si mesmo que faz com que crescamos e nos modifiquemos como pessoas. Sendo o ensino médio uma fase de consolidação do jovem, de sua personalidade, de seus anseios, a filosofia tem aí um importante papel e uma colaboração.

Em defesa de um ensino dialógico, que visa à construção da autonomia e da identidade filosófica- sendo esta interpretada “no sentido da formação de indivíduos que possam escolher por si mesmos em que mundo querem viver” (GALLO & KOHAN, 2000, p. 195) –, acreditamos que o ensino de Filosofia não pode basear-se somente nos conteúdos. O professor deve ir além da transmissão da matéria; atuando como uma presença que estimule a reflexão crítica sobre os saberes, de modo que sua prática consista em ajudar o aluno a aprender a filosofar. “Sob pena de criar mentes servis, dependentes e tuteladas não devemos ensinar pensamentos, mas podemos ativar o exercício do pensar” (RAMOS, 2007, pp. 201-2).

Pensar é experimentar, mas a experimentação é sempre o que se está fazendo – o novo, o notável, o interessante, que substituem a aparência de verdade e que são mais exigentes que ela. [...] A história não é experimentação, ela é somente o conjunto das condições quase negativas que tornam possível a experimentação de algo que escapa à história. Sem história, a experimentação permaneceria indeterminada, incondicionada, mas a experimentação não é histórica, ela é filosófica”- (Deleuze, O que é a Filosofia?, p.133)

Para que o ensino de Filosofia no Ensino Médio esteja alinhado à perspectiva deleuziana, é fundamental que as aulas propostas pelos

professores priorizem a formação de conceitos. Sem essa prioridade, os estudantes tendem a permanecer no âmbito do senso comum, limitando-se ao “achismo”, em que suas reflexões se reduzem a meras opiniões, desconectadas dos pensamentos filosóficos mais aprofundados. Essa abordagem resulta em um ensino sustentado por uma metodologia puramente transmissora, que encerra o processo educativo em si mesmo, sem oferecer aos alunos a oportunidade de criar algo verdadeiramente novo e transformador.

Silvio Gallo reforça essa crítica ao afirmar que essa não é a verdadeira finalidade do ensino de Filosofia no Ensino Médio. Segundo ele:

O que realmente justifica a presença da filosofia como disciplina no currículo do ensino médio é a oportunidade que ela oferece aos jovens estudantes de desenvolverem um pensamento crítico e autônomo. Em outras palavras, a filosofia permite que eles experimentem um “pensar por si mesmos”.
Silvio Gallo(2010,p.90)

Neste sentido, o exercício do pensamento sobre os conhecimentos filosóficos podem nos possibilitar a compreensão dos demais tipos de conhecimento, atribuindo a estes, sentidos significativos em nossas vidas (SEVERINO, 2003). Em defesa dessa nova proposta Gallo (2012, p. 70) reforça ainda a perspectiva de Deleuze e Guattari afirmando que “(...) Não se produz filosofia sem um problema, o que nos leva a afirmar que o problema é o motor da experiência filosófica do pensamento”.Compreendemos assim que todo professor de filosofia deve ter clara sua concepção de filosofia e uma delas, entre outras, é a perspectiva Deleuziana que traz em suas bases a possibilidade da construção/criação de conceitos, desvinculando o ensino da mera contemplação pedagógica de conhecimentos livrescos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tratar do ensino de Filosofia no Ensino Médio a partir da pedagogia do conceito, reafirma-se a urgência de repensar práticas pedagógicas que rompam com a tradição enciclopédica e reprodutivista, muitas vezes

predominante no espaço escolar. O filosofar, entendido como a criação de conceitos e a problematização da realidade, demanda uma abordagem ativa, criativa e reflexiva, alinhada à perspectiva deleuziana, que compreende o conceito como “a configuração de um acontecimento por vir” (Deleuze; Guattari, 1992, p. 46). Esse entendimento nos impele a conceber a Filosofia como espaço de construção de novos sentidos e, sobretudo, como um instrumento emancipador capaz de formar sujeitos críticos e autônomos.

Sob essa ótica, o ensino de Filosofia no Ensino Médio deve assumir uma função transformadora, indo além do academicismo reducionista que limita o pensamento ao senso comum ou ao “achismo”. Torna-se imprescindível que os professores promovam experiências educativas que articulem saberes filosóficos e cotidianos, desenvolvendo nos estudantes a capacidade de refletir criticamente sobre os problemas e os conceitos que estruturam a contemporaneidade. Essa articulação permite não apenas o fortalecimento do pensamento crítico, mas também a consolidação de um ensino filosófico que desafie os paradigmas da transmissão passiva e promova um pensamento verdadeiramente criador, conforme apontam autores como Gallo, Cerletti, Deleuze e Guattari.

Portanto, é necessário pensar a Filosofia no Ensino Médio como uma prática que priorize a formação de conceitos em uma perspectiva interdisciplinar e ontológica, favorecendo uma educação que dialogue com os desafios do presente. O professor, ao assumir o papel de mediador e também aprendiz, deve criar um ambiente que estimule a construção coletiva do conhecimento, rompendo com o tecnicismo pedagógico e abrindo espaço para a ressignificação da prática filosófica.

Dessa forma, acredita-se que, por meio de um ensino ativo, criativo e criador, é possível construir uma Filosofia que não se encerre em si mesma, mas que se projete como instrumento de compreensão e transformação da realidade social. A ressignificação do ensino de Filosofia implica reconhecer que o ato filosófico é, antes de tudo, um processo inacabado, que, ao persistir nos problemas, abre caminhos para novas possibilida-

des e sentidos. Assim, a pedagogia do conceito torna-se não apenas uma metodologia, mas um convite à reinvenção do pensamento no cotidiano escolar, reafirmando a Filosofia como prática essencial para a construção de um futuro mais crítico e criativo.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Conhecimentos de filosofia. In. Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio. Brasília: MEC/SEMT, Cento Gráfico, 1999.

CERLETTI, A. O ensino de filosofia como problema filosófico. Tradução de Ingrid Muller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

DELLEUZE, Gilles, 1925- O que é Filosofia?/Gilles Deleuze, Félix Gattari; tradução de Bento Prado Jr. E Alberto Afonso Muñoz. – Rio de Janeiro: ED 34, 1992.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALLO, Silvio. Metodologia do ensino de filosofia: Uma didática para o ensino médio/Silvio Gallo – Campinas, SP: Papirus, 2012.

GALLO, Silvio; KOHAN, Walter O. Crítica de alguns lugares-comuns ao se pensar a filosofia no ensino médio. In. GALLO, Silvio; KOHAN, Walter O. (organizadores). Filosofia no ensino médio. Petrópolis: Vozes, 2000.

RAMOS, C. A. Aprender a Filosofar ou Aprender a Filosofia: Kant ou Hegel? Trans/Form/Ação. São Paulo, 2007.